

## Os ares modernos e miasmáticos:

O governo da Intendência Municipal de Ribeirão Preto em meio às questões de saneamento.

DANIEL DEMINICE

Neste trabalho procuraremos abordar como os relatórios dos Intendentes apresentados a Câmara Municipal da cidade de Ribeirão Preto, durante o período da República Velha, estão penetrados por novas concepções de um “mundo moderno” que esteve em evidência no final do século XIX. Visamos compreender como, naqueles discursos, as noções de “civilização”, “técnica” e “progresso” foram instrumentalizadas pelos representantes políticos que integraram a Intendência e a Câmara Municipal, cuja hegemonia pertencia aos produtores de café, base do Partido Republicano Paulista na cidade de Ribeirão Preto.

Dentro do apanhado geral dos assuntos de que tratam esses relatórios, daremos enfoque ao que tange as obras de saneamento: drenagens e retificações, mas principalmente a construção do sistema de água e esgoto desde o período de sua primeira instalação (década de 1890) até a atuação da Empresa de Água e Esgotos após o arrendamento do serviço. Por fim, abordaremos algumas intervenções de Saturnino de Brito, em 1912, em razão de problemas no sistema gerido pela Empresa de Água e Esgotos.

Este trabalho pretende assim, por meio desse eixo da história urbana de Ribeirão Preto, passar pelas tramas que envolveram a construção de suas obras de saneamento. Isto implica uma reflexão sobre o conceito de *história-problema*, procurando pensar uma articulação entre a produção ou recriação dos espaços urbanos e processos de remodelações institucionais, qual seja, as novas instituições de poder local na esteira da República Velha como as Intendências Municipais e as reformas urbanas encabeçadas por elas.

De acordo com Bernard Lepetit, a prática dos atores sociais dá sentido às instituições e, conseqüentemente, podemos localizar as implicações dessa atuação no espaço urbano. Partimos da concepção de que a cidade dispõe de uma materialidade moldada por quem a ocupa, tentando evitar as reduções vaticinadas por Jean-Claude

Perrot quanto a uma abordagem apenas de descrição dos grupos urbanos. O espaço urbano é um local de contraste e de disposição valorativa dos homens e suas coisas, não tendo a cidade uma natureza própria, mas sendo resultado de sua sociedade (SALGUEIRO, 2001, p.).

Pensar essa correspondência entre as instituições sociais e a organização material urbana é importante para entender a construção de qualquer cidade, o seu desenho urbano e sua configuração social. Incorporamos a noção de que os atores históricos atualizam os seus sistemas de representações no que tange: i) Instituições e os seus sentidos sociais, as aptidões que elas possuem para modelar a sociedade; ii) Espaço da cidade, não apenas como um cenário de acontecimentos sociais e econômicos, mas como uma construção da sociedade. Nesse sentido, como escreve Lapa (2008: 10), “a cidade em si, palco e personagem, produto e produtor, origem e resultado.”

No quadro histórico em questão, o advento da Segunda Revolução Industrial no final do século XIX imprimiu um fluxo intenso de mudanças que perpassam diversos níveis da realidade social. Percebemos tais mudanças como o processo de expansão da economia capitalista se estendendo de maneira profunda para diversos lugares do planeta. Pensar a cidade de Ribeirão Preto durante a Primeira República, como um novo espaço-mundo no sistema capitalista internacional, permite enxergá-la nesse processo sem perder de vista a posição periférica que o interior paulista ocupou por meio de plantações de café no contexto mundial de demanda de substâncias estimulantes por conta da intensificação do ritmo da vida e da nova cadência do trabalho (SEVCENKO, 1998:7).

O produto café para região de Ribeirão Preto funcionou durante a Primeira República como uma correia de transmissão dos novos “ares” da modernidade, que acometeu, principalmente, uma elite local desejosa de modernização inspirada em diversos matizes de influências estrangeiras como, de forma geral, o positivismo de correntes científicas da Europa e Estados Unidos e as novas simbologias culturais da *Belle Époque* francesa. Essas elites foram as protagonistas das mudanças nos lugarejos dessa porção interiorana do Brasil, que a partir da segunda metade do século XIX são atravessados por uma série de transformações, dando início a um processo no qual os

espaços urbanos dessas localidades adquirem maior representatividade como lugar de realizações de impacto simbólico e material.

O café adquire a característica de um “produto-mundo”, se tornando o responsável pela vinculação do interior paulista com o imaginário moderno europeu de um novo tempo. Esse ideal de progresso legitimou a importação de elementos afeitos às ambições de *modernização* e *civilização*. Aquele produto é parte, portanto, de um processo histórico de acumulação capitalista dos grupos de fazendeiros cafeicultores numa articulação com o projeto de transformação material de costumes e da paisagem urbana das cidades em que viviam. Os obstáculos aos investimentos urbanos da elite, como as manifestações e vivências populares, foram enquadrados como se estivessem fora do processo de *civilização*. Esse conceito assume, assim, uma carga de valor universal, incontestável, numa distinção entre o bem e o mal, instrumentalizando a implantação do que era considerado moderno.

O epicentro dessas grandes mudanças de ritmo que os novos equipamentos urbanos infringiam ao cotidiano das pessoas foram os espaços das grandes metrópoles modernas, principalmente, de países na dianteira do capitalismo industrial da Europa e dos Estados Unidos. Tais mudanças provocam bem dizer uma ruptura histórica que muda a realidade, principalmente, de ritmo e compasso em relação ao período precedente, do Renascimento ao final dos oitocentos (SEVCENKO, 1998:11). Georg Simmel (1903), sociólogo alemão que vivencia tais mudanças na Berlim do final do século XIX, aborda diversos níveis de penetração dessas mudanças culturais e mentais com o advento da Segunda Revolução Industrial. Em seus ensaios, apesar de uma apuração sociológica do fenômeno histórico, se desdobra um viés crítico quanto à excessiva racionalização da vida moderna que está expressa em comportamentos construídos pela introdução do dinheiro e pelo acelerado crescimento das cidades e suas transformações em nível mental (SIMMEL, 1903).

Dessas primeiras apreensões a respeito da vida moderna, derivam os questionamentos posteriores sobre a noção iluminista da *razão*. A escola de Frankfurt, com um viés crítico, desnuda os léxicos *civilização* e *modernidade*, termos até então inquebrantáveis e utilizados nas justificativas positivas quanto ao progresso técnico e mecânico da história. O tratamento da *razão* como um mito, por meio da sua abordagem

como uma construção histórica da fase do apogeu de uma burguesia industrial e imperialista, é taxativo no sentido de que não existe a prerrogativa de que ela ilumine o mundo. Essa abordagem recai numa afirmação da perda das finalidades da relação entre meios e fins e se torna importante para pensar o uso instrumental desses conceitos para determinados projetos históricos.

A revolução técnica e científica dessa época gerou grandes complexos industriais bem mais imponentes que as fábricas da Primeira Revolução Industrial. Em razão da escala de seus equipamentos como turbinas elétricas e usinas siderúrgicas, a corrida por matérias-primas nessa etapa do capitalismo foi muito mais voraz, gerando os fenômenos enquadrados de *neocolonialismo* ou *imperialismo*. Tal foi o contexto internacional em que as potências industriais partiram para a disputa de áreas não colonizadas e pelo restabelecimento de vínculos de dependência com áreas de passado colonial. No entanto, nesses processos não ocorreu apenas a incorporações de territórios ou matéria-prima, mas se deu início a transformações do modo de vida de sociedades tradicionais de modo a instigá-las hábitos, práticas de consumo e produção conforme os novos padrões de vida e economia daqueles países.

Para pensar o Brasil nesse contexto é importante dissociá-lo de fenômenos ocorridos em áreas sob o impacto de uma espécie de “imperialismo direto”, como em regiões da Ásia e África. A eclosão de inúmeras insurreições e massacres como o Levante Indiano de 1857-8, ou o Movimento Nacional Egípcio de 1879-82, é bastante significativo da presença militar dos países na dianteira do capitalismo industrial. Na América Latina, porém, talvez seja explicativo e emblemático o episódio que culmina na Guerra do Paraguai (1864-70), em que a Inglaterra, preocupada com o controle do eixo econômico e territorial representada pela bacia do Rio da Prata, alia-se ao Império Brasileiro e às elites liberais dos países latinos contra a resistência de líderes nacionalistas locais.

Todavia, para o que se segue ao final do século XIX e início do XX no Brasil, é fundamental a derrocada do Império Brasileiro pelo endividamento provocado pela Guerra e a fundação do Partido Republicano (em 1870), que em meio à desestabilização institucional se levanta como um contraponto à política imperial – a “geração de 70” –

e, com uma plataforma de modernização sob a influência do que era emanado da Europa e dos Estados Unidos, galga ao poder com o advento da Primeira República.

A principal base de apoio econômico desses movimentos políticos republicanos foi dada pelo progresso da expansão da cultura cafeeira no Sudeste do país, tendo os ricos fazendeiros de café a pretensão de um sistema federalista e municipalista que lhes assegurassem o controle dos próprios rendimentos e a penetração nas novas instituições republicanas. Eis, portanto, o paradoxo da modernização brasileira: os cafeicultores do sudeste, egressos da estrutura escravista da cafeicultura do Vale do Paraíba, era a principal base social e econômica de sustentação da elite científica e tecnocrática inspirada no rígido racionalismo positivista.

Ribeirão Preto no interior paulista foi um lugar recôndito atingido por esses desdobramentos da expansão do capitalismo industrial, justaposta a um modelo tradicional. Nesse contexto, essa penetração acontece de maneira marginal. Para compreender esse processo, talvez seja importante se debruçar sobre as definições de “modernização conservadora” e “capitalismo bucaneiro” . A primeira expressão se refere a uma definição de tais processos realizados sob a manutenção de um poder elitista, o que realça a instrumentalização por esses potentados locais do discurso de desenvolvimento urbano, na verdade, como o desejo de experimentarem os “novos acessórios modernos” (urbanização, telefone, teatros, cinemas e etc). Já a segunda expressão remete ao modo do desenvolvimento do capitalismo em tais contextos políticos e sociais, o acoplamento entre arcaico e moderno, com a construção da cidade sendo feita em meio à formação de clãs parentais que dominam os serviços e obras urbanas por meio do endividamento das Câmaras e Intendências Municipais.

Durante a República Velha, muitas cidades brasileiras sofreram com o impacto de epidemias urbanas, associadas ao adensamento de núcleos urbanos antigos ainda materialmente arcaicos com características arquitetônicas coloniais. Assim, as intervenções sanitárias fazem parte de um contexto amplo que envolveu diversas cidades atingidas pelo rápido crescimento ainda sem equipamentos urbanos de saneamento, principalmente, as da fronteira agrícola do café no interior paulista como Campinas, Piracicaba ou Rio Claro. Ao final do século XIX e na primeira metade do século XX, são vários os trabalhos nestas cidades de implantações de sistemas de

drenagem, abastecimento de águas e esgoto, calçamento e arborização de logradouros, muitas vezes, tocados pela Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo.

Nota-se ainda neste momento a presença de uma teoria mesológica e de sua concepção de contágio, que associava as condições do meio ambiente ao processo de transmissão de doenças. Disso partiu uma descrição de topografia sanitária das cidades assoladas por epidemias, em que se realizava o registro do percurso dos doentes, a condenação de reuniões e cerimônias coletivas, além da devastação dos ambientes degradados e miasmas. O controle das epidemias passou por uma ciência do território, em que as três principais estratégias sanitárias eram: a fixação, o enclausuramento e o esquadrinhamento do espaço, numa política de controle da população através de confinamento e vigilância de seus movimentos. A ideia de medidas policiais contra a epidemia visou não só os efeitos deletérios das doenças, mas principalmente, a ordem social e política estabelecida na cidade abalada pelos efeitos imprevisíveis das epidemias. Uma tensa relação entre a cidade, signo da ordem e do poder, e a peste, marca da desordem e do acaso (ANDRADE, 1992).

Eis o caso das transformações da capital da República que no início do século XX possuía quase um milhão de habitantes, sendo grande parte de negros remanescentes da escravidão, migrantes em virtude da decadência das fazendas de café do Vale do Paraíba. O Rio de Janeiro apresentava nessa época focos permanentes de difteria, malária, tuberculose, lepra, tifo, além das duas epidemias mais aflitivas como da varíola e da febre amarela. O enorme contingente de população pobre instalada nos antigos casarões do centro próximos ao porto aonde encontravam serviços, e a divisão dos casarões entre inúmeras famílias favorecendo grande aglomeração de pessoas em vivências e manifestações culturais, acabaram por causar alarde às autoridades da cidade, que passam a proibir e cecear atividades como cantos, danças e rituais religiosos. O segundo passo da repressão incide sobre o adensamento das moradias, vistas como um risco a saúde pública e motivo das precárias condições sanitárias das áreas centrais da cidade.

O plano de modernização sanitária do Rio de Janeiro possuiu dessa forma três dimensões: a modernização do porto, o saneamento da cidade, e a reforma urbana. Os técnicos nomeados pelo presidente Rodrigo Alves foram: o engenheiro Lauro Muller

para reforma do porto, o médico sanitarista Oswaldo Cruz para o saneamento e o engenheiro urbanista Pereira Passos, que havia acompanhado a reforma urbana de Paris pelo barão de Haussmann. Para realização dos trabalhos técnicos, as comissões de reforma ficaram imunes às ações judiciais que se contrapunham a tais empreitadas, gerando episódios que levaram os atingidos a intitularem o plano de reforma do Rio como a ditadura do “bota-abaixo”. A “regeneração” se completa em 1904 com a inauguração da Avenida Central, o novo eixo urbanístico da cidade, com fachadas de *décor* arquitetônico que a transforma em um espaço restrito às elites culturais que ‘saberiam’ desfrutar os novos ares modernos.

Esse também é o contexto do urbanismo sanitarista do engenheiro Saturnino de Brito que realiza diversos projetos e obras para dezenas de cidades brasileiras ao longo da República Velha.

O princípio da exequibilidade tendo as condições específicas de cada localidade determinando técnicas, planos e matérias, desse modo, Brito atua nas administrações públicas da República Velha em demandas de modernização de cidades colônias e imperiais, ou na implantação de novas estruturas urbanas como o caso de Belo Horizonte. Os diversos planos e projetos relativos à forma e a imagem da cidade, serão responsáveis por uma paisagem urbana nova e moderna no Brasil. (ANDRADE, 1992:95)

No seu trabalho de saneamento das cidades atingidas por epidemias por meio de planos de remodelação e extensão do espaço urbano, Brito é em um pioneiro da difusão da *urbanística* como uma disciplina autônoma. Seus planos se caracterizaram por uma mescla de considerações estéticas e técnicas quanto ao funcionamento dos equipamentos sanitários. Além disso, Saturnino foi um expoente da vindoura concepção intervencionista do novo estado republicano, implantando o planejamento urbano na administração local das cidades brasileiras.

As suas observações sobre o interior paulista recaem sobre a feição mórbida das cidades ainda com características coloniais, como o mau traçado das ruas sem calçamento e drenagem e a falta de salubridade das habitações ainda sem equipamentos sanitários, como os casarões e as habitações comuns dos centros das cidades. Estes seriam os motivos, segundo ele, da vulnerabilidade às pestes e às epidemias. A desordem e insalubridade das cidades brasileiras na virada do século XIX são devidas à ausência de um planejamento de crescimento, relegado ao acaso, dando origem a um

desenho urbano sem previsão topográfica, em uma mistura de habitantes em zonas centrais sem segregação espacial das classes sociais (ANDRADE, 1992). Tais objeções de Brito se referem aos desenhos urbanos mais antigos do período colonial, que ainda não acentuavam as diferenças sociais, principalmente, em função da distinção jurídica escravocrata e dos serviços urbanos e domésticos executados pelos escravos.

Se pensarmos a construção da cidade como um artefato, o engenheiro pode ser visto como um dos pioneiros da difusão da urbanística moderna, tendo em vista que seus planos tinham o objetivo de colocar a cidade em melhor funcionamento, dotando-a de equipamentos sanitários, melhores traçados para veículos, abastecimento de água e drenagem de chuvas etc. Andrade (1992:6) situa da seguinte forma os trabalhos destes pioneiros: “[...] *as idéias [estão] no lugar*, no Brasil, o urbanismo sanitarista irá preparar as cidades para industrialização, criando condições para novas formas de acumulação de capital, sob o trânsito de ideias urbanísticas modernas entre Europa, EUA e Brasil”.

Em Ribeirão Preto, a presença do politécnico Saturnino de Brito no ano de 1896 atuando como engenheiro chefe da Comissão de Saneamento do Estado de São Paulo é sentida por sua influência nas obras locais de saneamento. Os engenheiros da Comissão sob a chefia de Brito estiveram na cidade em virtude de uma epidemia de febre amarela. Baseando-se naquelas considerações de Brito, a partir de então, muitos trabalhos de reforma urbanas tocados pela Intendência Municipal, ao longo das três primeiras décadas do século XX, atuaram no sentido de transformar aquilo que era apontado como o motivo da feição mórbida das cidades paulistas.

As obras de saneamento conduzidas pelos técnicos da Comissão de Saneamento do Estado induz a pensar a semelhança com alguns sistemas de drenagens com a utilização dos rios como canais a céu aberto e suas vias marginais como vetores de expansão da cidade. Os fundos de vales dos rios transformados em avenidas *bulevares* definem o desenho urbano demarcando o perímetro mais antigo da cidade.

No relatório da gestão municipal de 1897 é apresentado o déficit de mais de dois contos de réis em função da anormalidade da vida sanitária do município que provocou a aprovação pela Câmara das resoluções de nº03, nº04 e nº05. A Intendência Municipal ficaria autorizada a prover as ações sanitárias contra a invasão da febre amarela.



Rasgaram, retificaram e alargaram os leitos de rios, além do aterro de suas margens e o sanearam dos “pantanaes” que circundam a cidade por meio de drenos e valetas que encaminham a água estagnada. O Hospital de Isolamento é construído realizando o controle em quarentena dos enfermos locais ou egressos de cidades vizinhas.

Devido à anormalidade que infelizmente se deu na vida sanitária deste Município, tornando-se de ingente necessidade o desequilíbrio das verbas rubricadas no orçamento vigente, como bem reconheceu esta Câmara Municipal votando as resoluções nº 3,4 e 5, armando essa Intendência de meios de ação para poder cercear a população deste município de verdadeiras garantias sanitárias contra a invasão da febre amarela que então ameaçou esta Cidade (CÂMARA MUNICIPAL, 1897:9).

Tais obras custaram centenas de contos ao tesouro da Câmara Municipal e o Intendente Joaquim Alfredo de Siqueira apresenta, em 1902, a abertura do edital de concorrência para a realização das obras de saneamento. No entanto, tendo já sido feito um contrato, em 1899, com o Dr. Manuel Tapajós, sem a apresentação pelo contratado de um orçamento prévio com o valor total da obra, o próprio contratado propõe à Câmara a transferência da realização das obras ao engenheiro Dr. Flávio de M. Uchôa, que a realiza pelo valor total de 525 contos de reis.

A construção da rede de água e esgoto é a principal responsável pela dívida do Município, não só com esse engenheiro local, mas também com o Governo do Estado que fornece parte do material por meio de um financiamento de 30 anuais parcelas de 60 contos de reis. Além do pagamento do material restante fornecido pela Companhia Mechanica, e os fretes realizados pelas companhias inglesa, Paulista e Mogyana em uma ordem de mais de 400 contos de reis em pagamentos.

Todavia, as obras de saneamento foram sempre referenciadas nos relatórios de cada um dos Intendentes Municipais. Estes agentes do poder executivo local apresentavam o andamento das obras em discursos carregados de uma nova noção de progresso.

Apesar do muito que já fizeram as passadas administrações no sentido de melhorar as condições de salubridade e comodidade de nossa Cidade tão justamente reputada a Capital do Oeste, todavia nela muito há que fazer ainda [...] Saneá-la corrigindo os defeitos do seu solo e embelezá-la por meio de obras de reconhecida comodidade pública deve ser doravante o escopo de uma bem intencionada administração municipal, já que temos a ventura de possuir funcionando com regularidade um bom serviço de iluminação e de abastecimento de água e esgoto (CÂMARA MUNICIPAL, 1905:4)

Em outros relatórios é possível perceber que as obras de drenagem são realizadas em diversas etapas e, não somente capitaneadas pela Intendência Municipal, mas por meio de relações de cessão de terrenos e arrendamento de serviços que envolveram a Cia. Mogyana de Estradas de Ferro e a Empresa de Água e Exgotto de Ribeirão Preto. Desse modo, torna-se impossível não passar por questões sobre a produção da cidade numa imbricação de esferas público-privada e perceber a penetração de certos atores sociais e suas relações na gestão municipal de contratos com empresas particulares.

Foi construído o resto do cais no córrego do *Ribeirão Preto* no trecho fronteiro ao aterro e cais mandados efetuar pela Companhia Mogyana [...] Aquela Companhia, dando fiel execução ao convênio que celebrara com a Câmara, em 1901, não só já fez todo o aterro da aludida praça e o competente cais a margem do córrego do Ribeirão Preto, como já tem concluído o aterro de toda a área da margem esquerda do mesmo córrego, que lhe fora cedida pela Câmara [...] a par do imenso benefício do completo saneamento dos terrenos alagadiços ali existentes, virá a ser aquele um dos pontos mais belos e aprazíveis da cidade. (CÂMARA MUNICIPAL, 1903:8-9).

Em 1903, o então Intendente apresenta no tópico sobre as Finanças o pagamento de mais de 300 contos de reis ao engenheiro Flávio de M. Uchôa, que acaba sendo financiado num parcelamento de cinco letras, a primeira no momento do contrato e outras quatro com os juros de 12%. A ordem de receita arrecadada pelo Município girava em torno de quinhentos contos de reis por ano.

O afã por novas obras de melhoramentos, porém, ainda perdura com a desejosa execução do calçamento com paralelepípedos e de sarjetas para o escoamento das águas de chuva. Era dever ‘digno’ da Intendência prover o embelezamento da cidade, apresentada como a capital do Oeste do estado de São Paulo.

O desfecho do episódio da construção da rede de água e esgoto da cidade é o arrendamento do serviço urbano ao mesmo engenheiro Flávio de Mendonça Uchôa, credor do município, por meio de um contrato de 35 anos em que ele desembolsaria à Câmara uma quantia anual de 300 contos de reis. Esse é momento da fundação da Sociedade Anônima Empresa de Águas e Exgottos de Ribeirão Preto, com o capital de mil contos de reis, tendo o gerente regional legal na cidade o Dr. Theodomiro de Mendonça Uchôa. A execução das obras de abastecimento de água é feita, renovando as antigas instalações de água e esgoto, e uma tabela de preços, apontando diferenças

bastante elevadas, deixa a população sobrecarregada, sendo motivo de medo e reclamações pelo valor das taxas.

Poucos anos depois do arrendamento, um ofício do Intendente é enviado ao gerente da empresa retratando uma reclamação dos usuários da rede. Nele é alegada a falta de água durante a noite. São expostas as seguintes cobranças de disposições contratuais da empresa com a prefeitura: a prolongação do coletor geral e, com base no Artigo 40 do contrato, a redução da taxa de água e esgoto as certas porcentagens das rendas da empresa. O gerente da Empresa de Águas e Exgotos S/A alega a seca como motivo da redução do abastecimento de água, além de vincular a redução da taxa de água a uma renda média da empresa de cento e cinquenta contos de reis mediante um capital de patrimônio de mil e quinhentos contos de reis. Ou seja, a redução das taxas só seria realizada tendo a empresa alcançado o lucro de doze por cento sobre a renda média, e seis por cento para fundo de reserva e realização de obras novas. A lucratividade da Empresa naquele momento era da ordem de dez por cento da renda média.

O imbróglio envolvendo os serviços de água e esgoto de Ribeirão Preto, construídos em meio a discursos visionários, carregados de uma ideologia do progresso, além de justificativas baseadas em temores quando a eclosão de epidemias, traduz a feição do desenvolvimento de empresas privadas no âmbito urbano dos municípios geridos pelas novas instituições de poder executivo local, criadas durante a Primeira República. É expressivo o endividamento da Câmara Municipal pelo esforço da construção do sistema de água e esgoto, que em suma acaba gerando as condições de capitalização de agentes na criação de empresas concessionárias dos novos serviços urbanos de Ribeirão Preto.

Em 1912, o engenheiro Saturnino de Brito é procurado pela Intendência Municipal para interceder sobre o abastecimento d'água de Ribeirão Preto. Brito faz uma sumária exposição dos serviços de abastecimento d'água desde o período em que o sistema esteve a cargo da municipalidade até 1903 antes do arrendamento. Segundo ele, até então, a rede dispunha de 300 m<sup>3</sup> por dia. Após a aquisição da concessão pela Empresa de Águas e Exgottos foi realizada a reforma e o desenvolvimento da rede com a construção de reservatórios e novas captações de mananciais cujo caudal possibilitou a

distribuição de 4 mil a 5 mil m<sup>3</sup> diários. Brito considera, portanto, que o abastecimento foi ampliado positivamente pela Empresa concessionária, revelando, de certa forma, suas convicções quanto à possibilidade do desenvolvimento técnico do país numa articulação entre forças produtivas privadas e públicas.

Todavia, em relação aos conflitos entre a Empresa e a Intendência Municipal, Brito num esforço de conciliação cita o que vem propagando há anos para a execução e exploração dos serviços sanitários no n° 11 da Revista de Engenharia, de 10 de abril de 1912.

Neste assunto se torna difícil e delicadíssimo a ação dos poderes públicos das cidades para conciliarem os interesses sanitários e os das empresas que exploram os serviços, as quais praticamente, em todos os países do mundo, não puderam bem servir se não obtiverem para os capitais empregados a correspondente remuneração, sejam bem ou mal administradas. Só o poder público, colhendo vantagens indiretas dos benefícios prestados, reavendo em uma verba o que perde em outras é praticamente capaz de um sacrifício monetário para fazer o que for preciso e para enfrentar as reclamações exageradas e as críticas fáceis dos que sistematicamente as mantêm em todas as cidades (ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM RIBEIRÃO PRETO, 1912:2).

Expressando a difícil e delicada tarefa dos poderes públicos conciliarem os interesses sanitários com os interesses financeiros das empresas que exploram os serviços, Brito revela suas considerações quanto às novas instituições de um estado moderno republicano, permitindo enxergar o paradoxo de sua penetração profissional no estado. Para ele, não convém em tais casos dividir as responsabilidades, sendo preferível que se reclame da municipalidade a condenar as empresas. Ao poder público conviria corrigir o mal com melhor critério político da gestão de seus negócios municipais, demonstrando sua tese publicada em vários livros, relatórios e artigos de jornais, no sentido de formar opinião sobre outra orientação no termo dos contratos de arrendamento.

Nesse episódio da construção da cidade, em que a Intendência Municipal por meio de uma imbricação com os desejos de uma elite local de novos equipamentos urbanos representativos de “modernidade” justifica o seu endividamento para a construção do sistema de abastecimento de água e coleta de esgotos, é possível enxergar um fragmento do desenvolvimento do capitalismo no Brasil durante a Primeira República. Esse episódio é uma pista para pensar o impacto de ideologias, novas

práticas e técnicas modernas, no ambiente político e social brasileiro da República Velha.

A modernidade foi tida neste momento como a imputação de uma racionalidade na ação entre meios e fins que instaura uma nova linguagem política. Mediante as obras de intervenção sobre a cidade de Ribeirão Preto e as interpelações de Saturnino de Brito, é possível perscrutar as vicissitudes da interiorização de tais tendências modernas nos atores da Administração Municipal. Todavia, é importante salientar certos laços arcaicos de poder que ainda perduravam no momento em que ascenderam estes novos atores formados em importantes faculdades do país. Engenheiros e médico ocuparam o poder público em alguns casos a contrapelo das estruturas herdadas do Império, em outros casos associados a relações de apadrinhamento com potentados locais.

A ambição dessas novas elites pelo progresso refutou qualquer obstáculo ao que era proferido como o mais avançado ou moderno, sempre anunciando a equiparação às cidades capitais estrangeiras. *Modernização e civilização* tornam-se as armas desse processo:

No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos. Fossem esses os modelos da missão civilizadora das culturas da Europa do Norte, do urbanismo científico, da opinião pública esclarecida e participativa ou da crença resignada na infalibilidade do progresso (SEVCENKO, 1998:25).

Assim, no que toca as tramas políticas, econômicas e sociais que envolveram os serviços de água e esgoto de Ribeirão Preto, durante a Primeira República, diante do endividamento do município para construir a cidade, nos propomos pensar a atuação institucional de certos atores sociais. A evidente negociação entre empresas particulares e instituições públicas envolvendo os serviços urbanos municipais, durante a República Velha, teria mais sentido se enquadrada naquilo que Victor Nunes Leal (1975) considera como a transição entre um estado patrimonial para um estado republicano, em que resíduos de patriarcalismo coexistem com um sistema político representativo, compondo um estado de compromisso baseado em favores entre governo e chefes locais.

## Referências bibliográficas

ANDRADE, Carlos R. de M. **A peste e o plano: o urbanismo sanitarista do engenheiro Saturnino de Brito.** (dissertação de mestrado), FAU/USP, São Paulo, 1992.

DOIN, José Evaldo de Mello. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do café (1852-1930) – Proposta do Cemumc. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.27, nº53, 2007.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade os cantos e os antros.** Campinas, Ed. da Unicamp, 2008.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEME, Maria Cristina da Silva. (org.) **Urbanismo no Brasil, 1895-1965.** 2º edição. EDUFBA, 2005.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. (org.) **Uma nova história urbana. Bernard Lepetit.** EDUSP, São Paulo, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. in: Sevcenko, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil.**

**República: da Belle Époque à Era do Rádio.** Vol. 3. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.).

**O fenômeno urbano.** 4º Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1979.

## Fontes

CAMARA MUNICIPAL. **Relatório de 1904 apresentado a Câmara Municipal de Ribeirão Preto pelo prefeito Dr. Floriano Leite Ribeiro na sessão de 7 de janeiro de 1905.** Typographia e Papelaria D “A cidade”, Ribeirão Preto, 1905.

CAMARA MUNICIPAL. **Relatório de 1902 apresentado a Câmara Municipal de Ribeirão Preto pelo prefeito Dr. Manuel Aureliano Gusmão na sessão de 10 de janeiro de 1903.** Duprat & Comp, São Paulo, 1903.

CAMARA MUNICIPAL. **Relatórios do Major Dr. Joaquim Estanislau da Silva Gusmão Intendente Municipal apresentado a Câmara Municipal em sessão de 7 de janeiro de 1897.** Typographia da Industrial de São Paulo, São Paulo, 1903.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

BRITO, Saturnino F. de. **Abastecimento d'água em Ribeirão Preto.** Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 1912.